

Aos quatro dias do mês de Março do ano de mil novecentos e noventa e seis, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Aveiro, reuniu ordinariamente a mesma Câmara, sob a Presidência do Sr. Presidente, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, e com a presença dos Vereadores Srs. Engº Vitor José Pedrosa da Silva, Dr. Henrique Teixeira de Barbosa Mendonça, Drª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Engº Eduardo Belmiro Torres do Couto, Sr. João Ferreira dos Santos, Tenente-Coronel João Carlos Albuquerque Pinto, Dr. António Manuel Soares Nogueira de Lemos e Eduardo Elísio Silva Peralta Feio.

Pelas 14 horas e 30 minutos foi declarada aberta a presente reunião.

APROVAÇÃO DA ACTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta nº 9.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 1 de Março, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais - dezoito milhões quatrocentos e quarenta mil cento e cinco escudos e noventa centavos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria - dezanove milhões quatrocentos e oito mil setecentos e cinquenta escudos; Receita do dia em operações orçamentais - setecentos e oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e três escudos e cinquenta centavos; Receita do dia em operações de tesouraria - duzentos e um mil cento e sessenta e três escudos; Despesa do dia em operações orçamentais - nove milhões sessenta e um mil trezentos e oitenta e sete escudos; Despesa do dia em operações de tesouraria - oito mil e cem escudos; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais - dez milhões cento e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e dois escudos e quarenta centavos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria - dezanove milhões seiscentos e vinte e um mil oitocentos e treze escudos.

CÂMARA MUNICIPAL - REUNIÕES: - Foi deliberado, por unanimidade, nos termos do que o permite o artº 19º do C.P.A., analisar os seguintes assuntos não contemplados na ordem de trabalhos:

QUEIXAS SANITÁRIAS: - Presente na reunião, um munícipe residente no edifício onde funciona o estabelecimento de Padaria, Pastelaria e Cafeteria Sê, a solicitar que a Câmara tome providências relativamente ao respectivo funcionamento, uma vez que, contrariando as razões apontadas na deliberação municipal de 8 de Janeiro, findo, a proprietária não procedeu a quaisquer obras, continuando, por conseguinte a subsistir todos os inconvenientes que deram início à primeira queixa apresentada no Centro de Saúde.

O Vereador Sr. Dr. Mendonça informou que no decurso da semana passada deu entrada nos serviços camarários outra comunicação do Centro de Saúde, solicitando que a Câmara reveja a citada deliberação e tome as necessárias providências quanto ao mau funcionamento daquele estabelecimento. De seguida, o Sr. Vereador fez uma breve síntese de todo o processo, aludindo às causas que levaram à não cassação do alvará, as quais foram por todos consideradas pertinentes, após o que informou que os Serviços de Fiscalização estão já encarregados de proceder a nova vistoria e que o assunto será trazido a deliberação municipal, na próxima reunião.

ARRUAMENTOS - Presente, também, outro munícipe residente na Rua Sr. dos Aflitos, a solicitar que a Câmara Municipal tome medidas urgentes relativamente à pavimentação daquele arruamento, que se encontra totalmente destruído em consequência das inúmeras obras ali em curso, da responsabilidade de empresas particulares, que, em sua opinião, deveriam ser obrigadas a repôr o pavimento logo que concluídas as mesmas. Aludiu, também, à necessidade de, no mesmo arruamento, serem colocadas passadeiras para peões, infraestrutura que considera de extrema urgência para a segurança dos peões, dado o aumento de tráfego provocado com a abertura do nó central.

O Sr. Presidente respondeu que o problema da degradação do pavimento, infelizmente, é comum à grande maioria dos arruamentos da cidade, devido não só às obras em curso, como também às intensas chuvas, assunto a que a Câmara Municipal está atenta e irá fazer esforço para reparar, com a maior urgência, contando com o apoio das empresas envolvidas. Relativamente à colocação das passadeiras, entende que, de facto, dado o aumento de tráfego verificado, é pertinente a intervenção e a Câmara Municipal irá providenciar nesse sentido.

INSPECCÃO-GERAL DE FINANÇAS: - Pelos Srs. Vereadores representantes do Partido Socialista, foi entregue uma exposição, cujo teor que foi lido em voz alta pelo Dr. Nogueira de Lemos, a seguir se transcreve: "Há alguns dias recebemos, finalmente, um documento que nos permite perceber o imbróglgio das dívidas da CMA ao IGAPHE, CGD e EDP. Foi necessário ser a Inspeção-Geral das Finanças a fazê-lo, porque apesar de reiteradamente, termos pedido um 'memorandum'

circunstanciado que nos permitisse situar no meio da barafunda, nunca a Câmara se predispôs a fazê-lo, antes deixando parte dos Elementos do Executivo e da Assembleia Municipal sujeitos ao 'ping pong' verbal entre a actual presidência e o ex-presidente, Dr. Girão Pereira. Sem pretender fazer uma análise exaustiva do documento, algumas conclusões ressaltam da sua leitura: 1 - houve irregularidades financeiras, porque não foram inscritas nas Contas de Gerência verbas que legalmente ali deveriam ser inscritas. Constatase um total desconhecimento de regras de contabilidade pública, que qualquer iniciado nestas lides conhece: as regras da universalidade e da não compensação. Todas as justificações dadas pelo Dr. Girão Pereira são alicerçadas na necessidade de encontros de contas, que, só por si, já são bem elucidativas da organização e rigor da Câmara a que presidia, bem como do alegado desconhecimento das referidas regras, de cumprimento obrigatório; 2 - houve uma total irresponsabilidade na condução do processo voluntarista de não assumpção das dívidas por parte do Dr. Girão Pereira, pois que, para além de não assegurar os procedimentos legais relativos às normas contabilísticas, não assegurou as posições que defende e que nos são transmitidas pelo relatório, nem em protocolos, nem em impugnações judiciais, que não passassem de mero expediente dilatatório. As dívidas estão pois confirmadas! Resta a esta Câmara assumir-se como pessoa de bem e, aos municípios verem significativas verbas do orçamento municipal serem utilizadas para pagar tudo isto. Contudo, poderíamos concluir dizendo que errar é humano e as intenções poderiam justificar o erro, se este fosse assumido com humildade. Não nos parece assim. Da Conferência de Imprensa que o Dr. Girão Pereira deu logo a seguir à revelação pública da dívida, foi generalizadamente entendido que das suas palavras resultava uma imputação de incompetência para perceber e dirigir a resolução do processo que, tão zelosamente, protelara, à equípe que escolhera e a quem, por acto voluntário, deixara entregue os destinos da Câmara de Aveiro. Tal entendimento causou um manifesto mal estar no Executivo Municipal, mas, com bom senso e com um sentido de equilíbrio manifestado pelo Presidente da Câmara, o assunto foi, de algum modo, ultrapassado. Porém, em 6 de Fevereiro de 1996, o Diário Regional publica uma entrevista ao Dr. Girão Pereira sobre o apelativo título de - **Girão promete voltar**. Nessa entrevista, não se inibe o Dr. Girão Pereira em dizer que Mesquita Machado é um Presidente que defende os interesses da sua Câmara, referindo-se ao acordo feito entre a EN e a Câmara Municipal de Braga. Ficamos evidentemente satisfeitos com o elogio a Mesquita Machado, anotámos a indirecta à Presidência e à maioria do Executivo Camarário. Parece-nos, porém, que se esquece que quem poderia ter protagonizado uma solução semelhante a Mesquita Machado só podia ser Girão Pereira, se tivesse desencadeado os procedimentos apropriados, em tempo oportuno. Nessa entrevista ressalta ainda a amargura do antigo Presidente da Câmara por todo este alarido ter feito passar para o exterior do concelho, para a sua própria aldeia natal, a eventual existência de algum benefício próprio, nesta questão. Não há, obviamente, qualquer suspeição nessa matéria.

4

Não será de escamotear, porém, um benefício político que urge denunciar. Se as dívidas fossem pagas atempadamente ou se os Aveirenses soubessem a realidade financeira do Município, os resultados eleitorais poderiam não ser os mesmos. Este benefício existiu pela certa! Não queremos acabar esta exposição, que já vai longa, sem apresentarmos ao Senhor Presidente o nosso veemente protesto por não nos terem sido entregues, em tempo oportuno, duas peças do relatório da IGF, cuja existência na Câmara nos foi dada a conhecer pela Imprensa e Assembleia Municipal. Sobre essas peças oportunamente nos pronunciaremos, não podendo, no entanto, deixar de considerar que esta situação em nada facilita o relacionamento e a necessária solidariedade do Executivo, para a defesa dos interesses do Município".

J. Albuquerque Pinto

Pelo Vereador Sr. João dos Santos, foi feito um comentário relativamente a esta matéria, para dizer, nomeadamente, que, ao contrário dos Vereadores Socialistas, ele não recebeu quaisquer documentos relativos ao relatório da Inspeção, o que lastimou. De seguida, comentou a atitude do Ex-Presidente da Autarquia, Dr. Girão Pereira, confirmando que considera a mesma prejudicial para o Município, pois se ele tivesse resolvido atempadamente a questão das dívidas à EDP, ao IGHAPE e à CGD, a Câmara não estaria agora confrontada com montantes tão elevados e, concretamente quanto à dívida com a EDP, acha que se o Dr. Girão não tivesse interferido na altura em que a negociação estava a ser bem conduzida pelo Vereador Sr. Eng.º Vitor Silva, a Câmara teria, concerteza, já ultrapassado esse problema.

Intervio, de seguida, o Vereador Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto, apenas para relevar a intervenção do Sr. João dos Santos e reafirmar a ideia de que a questão da EDP poderia estar já resolvida se, na altura, a Câmara tivesse aprovado a proposta do Vereador Eng.º Vitor Silva.

Quanto a esta matéria, o Vereador Sr. Eng.º Vitor Silva considerou que, apesar de tudo, achava que o adiar das soluções, resultou, concerteza, em benefício para a população aveirense, ou seja, contribuiu para a possibilidade de se construírem obras de grande vulto, que não teriam avançado se não tivessem ficado retidas aquelas verbas.

Também sobre a questão, o Vereador Sr. Dr. Mendonça retorquiu que, em sua opinião, não se pode considerar que o Dr. Girão obteve quaisquer benefícios políticos por não ter mencionado os créditos à Câmara, na medida em que também não referiu o património adquirido. Quanto ao dizer-se que a resolução com a EDP já deveria ter sido tomada, referiu que, na altura, foi um dos que se opôs, pois para além de ter dúvidas quanto ao valor contabilístico do património, se aguardava o resultado da Inspeção em curso.

O Sr. Presidente declarou que nada mais tinha a acrescentar ao que consta dos relatórios da Inspeção, apenas tinha que dizer que neste lapso de tempo procurou estabelecer novos contactos com as Entidades que têm esses créditos sobre a Câmara, bem como com o novo Governo, tendo resultado alguma preocupação da parte do

Secretário de Estado, havendo, inclusivamente, protocolos ⁷ e ¹⁷ gisados que, logo que se encontrem concluídos, virão ao conhecimento da Câmara, pensando que, se os mesmos forem avante, o Município não terá perdido muito com o atraso verificado. Disse, ainda, que a sua preocupação que, aliás, será a de todos, é tomar a posição mais rápida e mais favorável para o Município. Concluiu por lembrar que na reunião de Câmara de 29 de Janeiro, deu conhecimento a todos os Senhores Vereadores do Relatório remetido pela Inspeção-Geral de Finanças, e comunicou que o processo ficava à disposição de todos para eventual consulta e que, com referência ao relatório relativo às diligências complementares (dívidas à EDP, IGAPHE e CGD), o mesmo foi mandado distribuir por todos, desconhecendo, por isso, o motivo pelo qual o Sr. Vereador João dos Santos não o recebeu, recomendando aos serviços que providenciem nesse sentido, tendo os mesmos informado que teria havido lapso aquando da distribuição dos documentos aos Membros do Executivo.

7 Albuquerque Pinto
17

CONSTRUÇÃO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA VERA-

CRUZ: - O Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto fez uma referência às dificuldades financeiras que o Centro Social e Paroquial da Vera-Cruz está a sentir para fazer face às despesas com construção do edifício-sede, e apelou para que a Câmara tenha em atenção este facto e disponibilize algumas verbas para apoio àquela obra.

TRANSRIA: - Conforme comunicação já efectuada anteriormente, o Sr. Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto deu conhecimento das propostas solicitadas para execução das reparações necessárias à obtenção de certificado de navegabilidade da Lancha Santa Joana Princesa, tendo proposto que, em face dos valores apresentados, os trabalhos sejam efectuados pela NAVAL RIA, pelo valor total de trezentos e sessenta e sete mil escudos, o que mereceu a aprovação de todo o Executivo.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: - Ainda no uso da palavra, o mesmo Sr. Vereador aludiu a um artigo publicado no Semanário "O Litoral", o qual, em sua opinião, está elaborado em termos ofensivos ao Presidente da Câmara e às Forças Aerotransportadas que se encontram actualmente na Bósnia. Perante este acontecimento, que na opinião do Sr. Vereador põe em contraponto a resolução do Governo Português de enviar um Batalhão Aerotransportado para a Bósnia, fez uma longa intervenção sobre o assunto, nomeadamente, para referir que a decisão foi tomada no âmbito dos acordos político-militares, envolvendo a Organização da Nações Unidas, da UE e da UEO, das quais Portugal é membro fundador, tendo, por conseguinte, responsabilidades na manutenção da paz, não só na Bósnia como em todos os países integrantes e perante os quais assumiu compromissos que importa honrar. Por este motivo e atentas as considerações anteriores de carácter nacional, decorrentes da Constituição e do conceito

estratégico da Defesa Nacional, e do carácter das alianças consequentes dos compromissos nacionais livremente firmados pelo Estado Português, o Governo decidiu pela nossa participação militar na Bósnia, na tentativa de cooperação com os seus aliados, objectivando a solução de um problema político-militar que, pela sua natureza e acuidade, já afectou a paz na Europa com consequências que poderão tornar-se imprevisíveis. Na mesma intervenção fez referência ao facto de os grandes conflitos que afectaram o nosso século terem tido, precisamente, origem próxima na Zona dos Balcãs, onde a guerra imperou até há pouco tempo e que só cessou precisamente com a intervenção militar das Nações Unidas. Pelo exposto e compreendendo embora que a notícia se integra na quadra festiva do Carnaval, considerou que se trata de uma brincadeira de mau gosto e de falta de respeito pelas Instituições, no caso vertente, da figura do Presidente da Câmara e da Instituição Militar.

O Sr. Presidente disse que, ao contrário do Sr. Vereador, não sentiu tão intensamente a notícia, precisamente por ela ter sido dada na época de Carnaval, em que tudo se desculpa. Considerou, contudo, que a notícia foi inconveniente por se ter referido ao envio de tropas para a Bósnia, porque, esse sim, é um assunto deveras importante para se usar em brincadeiras carnavalescas.

DEMOLICÕES: - Por proposta do Sr. Presidente e por unanimidade, a Câmara deliberou, oficiar aos proprietários das construções em ruínas, situadas ao longo da Rua do Canal de S. Roque, no sentido de providenciarem a demolição das mesmas, tendo em vista o mau aspecto que dão, principalmente, para quem circula no IP5.

JOGOS SEM FRONTEIRAS/96: - Por proposta do Vereador Sr. Eng.º Belmiro Couto e por unanimidade, a Câmara deliberou efectuar a candidatura da cidade de Aveiro aos Jogos Sem Fronteiras, os quais, no ano em curso, têm lugar em Itália.

EXPOSIÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRA AMADA: - A Vereadora Dra. Maria da Luz fez uma alusão à exposição em epígrafe cuja inauguração decorreu no passado dia 27, com a presença de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. De seguida, fez um elogio a esta Autarquia que, em sua opinião, se empenhou seriamente na realização deste evento que, pelo seu valor e significado, muitos contributos irá trazer à cidade de Aveiro. Considera que a Câmara Municipal ao assumir a responsabilidade da montagem da Exposição no Centro Cultural e de Congressos, recentemente criado, e ao assumir parte do financiamento da mesma, dando também apoio na campanha de Mecenato então lançada, despertou cedo para o desafio desta Mostra, que faz parceria com todas as actividades integradas no âmbito da Comissão da EXPO/98. Fez, de seguida, um agradecimento a todos os agentes dinamizadores da acção em causa tendo feito uma referencia especial ao Dr. Paulo Trincão, da Universidade de

Aveiro, e ao Dr. Rui Vieira, Administrador da empresa **PAPÉIS RECICLÁVEIS**, pelo empenho, coragem e persistência mantidas neste atribulado processo que decorreu ao longo de dois anos. Fez também um agradecimento aos Serviços de Cultura, pela determinação demonstrada, e ainda ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo por ter aceite a proposta ousada que lhes foi colocada. Não quis, também, deixar de registar o seu reconhecimento ao Sr. Dr. Girão Pereira, que há dois anos era o Presidente da Câmara e que acolheu desde logo com entusiasmo e agrado o desafio que lhe foi lançado.

Finalizou a sua intervenção por referir que em face do grande número de visitantes já verificado se pode considerar que o acontecimento irá constituir um enorme sucesso.

COMPANHIA DE TEATRO DE AVEIRO: - Continuando no uso da palavra a Sra. Vereadora fez uma referência à actividade da Companhia de Teatro Efémoro, concretamente à exibição da peça "Em busca do filho perdido", que ocorreu este fim de semana no Teatro Aveirense, a qual, considerou muito divertida e cativadora do olhar das crianças e da atenção de todos. Deu por isso os mais calorosos parabéns à Companhia Efémoro e um grande viva ao teatro.

O Sr. Presidente disse que também viu com agrado o espectáculo referido e que comungava da alegria da Sra. Vereadora, achando que a Câmara apostou bem quando decidiu dar apoio àquela Companhia de Teatro. De seguida aludiu à necessidade de se obterem instalações para a mesma, tendo informado que se está a pensar em cobrir o antigo campo de ténis situado no parque municipal para ser adaptado àquele fim. Em sua opinião, a Companhia de Teatro ali instalada e a Orquestra das Beiras na actual Casa de Chá, constituirá um verdadeiro pólo de vida e animação do parque.

Aproveitou a ocasião para dirigir os seus parabéns e a sua satisfação ao Dr. Carlos Fragateiro, que faz parte da direcção do Efémoro, pelo facto de o mesmo ter sido convidado para Vice-Presidente do INATEL, a nível nacional.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL: - Em seguimento da deliberação tomada na última reunião, o Sr. Presidente voltou a referir-se à comunicação remetida pela AIDA, na qual se solicita que esta Autarquia reforce, junto do actual Governo, o apelo efectuado pela Câmara Municipal de Viseu, no sentido de se manter a decisão de levar por diante a construção da A14, dado ser considerada uma via indispensável ao desenvolvimento de Viseu e da sua região. O Sr. Presidente propôs que esta Câmara Municipal considere também este o seu desejo e interceda nesse sentido junto do Governo. De seguida, comunicou que, no decurso da semana passada, esteve uma vez mais em Lisboa no Ministério do Planeamento e Administração do Território, tendo colocado ao Sr. Secretário de Estado a questão da necessidade de se avançar com a construção do IC1, para além do Eixo Estruturante e da melhoria do IP5, em prol do

melhoramento da região em que Aveiro se integra e que virá a sofrer danos enormes se a realização destas infraestruturas não se verificar. Deu nota de que a reacção do Sr. Secretário de Estado foi positiva pois anunciou que em 1997 será reiniciada a construção do ICI e iniciados outros projectos de complemento da rede viária.

O Vereador Sr. Eng^o Vítor Silva informou que, como aliás já teve oportunidade de o dizer na reunião anterior, era de opinião contrária à construção da A14, defendia sim o melhoramento do IP5, ou seja, a sua reformulação em termos de correcção dos locais considerados mais perigosos por forma a torná-la numa via mais segura, pois, em sua opinião, se assim não vier a acontecer, o IP5 corre o risco de ser desclassificado, no futuro, como já acontece com outras vias.

Neste sentido, a Câmara deliberou, com as abstenções dos Srs. Vereadores Eng^o. Vítor Silva, Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio reforçar junto do actual Governo, a pretensão da Câmara Municipal de Viseu, no sentido de a A14 vir a constituir uma prioridade na malha viária nacional.

De seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

ZONA AGRÁRIA DE AVEIRO - ARRANJOS EXTERIORES: - Dando seguimento ao deliberado na reunião de 12 do mês findo, foi presente o processo relativo ao concurso para realização da empreitada em epígrafe, tendo-se verificado que ao mesmo se candidataram as seguintes Firmas: N^o 1 - SALUSTIANO RIBEIRO & C^a, LDA.; N^o 2 - HENRIQUES, FERNANDES & NETO, LDA., N^o 3 - LAMEIRO EMPREITEIROS; N^o 4 - IBEBAL - Construções e Obras Públicas, Lda.; e N^o 5 - RICAM - Construções, Lda..

De seguida procedeu-se à abertura dos envelopes que continham os documentos os quais, após análise, foram considerados em conformidade com o exigido no programa de concurso, pelo que foram admitidos todos os concorrentes.

Imediatamente a seguir passou-se à abertura das propostas, tendo-se verificado os seguintes valores, acrescidos de IVA: N^o 1 - dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e trinta escudos, N^o 2 - quatro milhões e trezentos mil oitocentos e trinta e cinco escudos, N^o 3 - dois milhões quinhentos e nove mil oitocentos e cinquenta escudos, N^o 4 - três milhões quatrocentos e setenta e sete mil e oitocentos escudos e N^o 5 - três milhões quatrocentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta escudos.

Foi deliberado, por unanimidade, remeter o processo à Comissão de Análise para estudo e informação, com vista a habilitar a Câmara a pronunciar-se quanto à adjudicação.

PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO: - A Câmara tomou conhecimento das propostas apresentadas com vista à realização da empreitada de "Reparações no Edifício Principal do Parque de Campismo de S. Jacinto", cujo concurso

foi aberto por deliberação de 12 de Fevereiro, último, as quais foram assim numeradas: N° 1 - AFONSO GOMES DOS REIS; N° 2 - HENRIQUES, FERNANDES & NETO, LDA.; N° 3 - JOÃO MAIA & MAIA, LDA.; e N° 4 - ANTERO SANTOS & SANTOS, LDA..

Procedeu-se à abertura e análise dos documentos respectivos, os quais foram achados em conformidade, pelo que, de imediato se passou à abertura das propostas, tendo-se verificado os seguintes valores, acrescidos de IVA: N° 1 - três milhões novecentos e vinte e sete mil quatrocentos e onze escudos; N° 2 - sete milhões duzentos e trinta mil escudos; N° 3 - três milhões oitenta e três mil setenta e cinco escudos; e N° 4 - quatro milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e oitocentos escudos.

Por unanimidade, foi deliberado remeter o processo à Comissão de Análise para estudo dos valores apresentados, com vista a posterior resolução.

TRÂNSITO - PARQUE DE ESTACIONAMENTO: - Foi presente à Câmara o estudo executado pela DAUA em colaboração com a TECNEP, e que tem em vista a criação de estacionamento alternativo ao Largo do Cojo dado que este local vai entrar em obras já no próximo mês de Junho.

Àcerca do assunto o Vereador Sr. Eng° Vítor Silva prestou alguns esclarecimentos, concretamente, que foram escolhidos oito locais alternativos para um total de 1 440 lugares, que vão ficar espalhados pela cidade, e que este projecto envolve ainda a criação de um circuito de mini-autocarros, com 20 lugares cada, que farão a ligação entre os estacionamentos e o centro da cidade. Mais informou que o estacionamento será pago e vigiado, e o bilhete servirá também para o transporte nos referidos autocarros.

Seguidamente o Vereador Sr. Eduardo Feio, alertou para o facto de, ao domingo à noite, chegarem muitos estudantes universitários à cidade, tornando-se necessário compatibilizar os horários e os trajectos dos mini-bus com esta situação, nomeadamente, através de um circuito que contemple as residências e a Universidade, o que mereceu a concordância de todos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar aprovado o estudo apresentado, devendo, os Serviços respectivos diligenciarem o desenvolvimento do processo.

ARRANJO URBANÍSTICO DA TRAVESSA DO ROSSIO, LARGO DA PRAÇA DO PEIXE E RUA TENENTE RESENDE: - Foi também presente o projecto elaborado pelos Serviços Técnicos, com vista ao arranjo urbanístico da Travessa do Rossio, Largo da Praça do Peixe e Rua Tenente Resende, o qual tem como objectivo a requalificação de toda aquela zona.

Àcerca do assunto, o Arq° Quintão, presente na reunião, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes, designadamente, que se pretende avançar, de

imediatamente, com o encerramento ao trânsito de veículos, nas referidas artérias, excepto em casos de cargas e descargas e que o projecto prevê, também, a reconstrução de fachadas e remodelação de algumas infraestruturas, contando-se com o apoio dos comerciantes que pretendem candidatar-se ao PROCOM, com vista à remodelação dos seus estabelecimentos.

Por unanimidade, foi deliberado, aprovar o estudo apresentado.

CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DE PAU E ACESSOS: - Na sequência da comunicação efectuada na última reunião, o Sr. Director do Departamento de Obras Municipais deu conhecimento das dificuldades de negociação com a proprietária dos terrenos contíguos ao Edifício Oita e necessários ao funcionamento da rotunda de ligação da Avenida Central com a Rua Comandante Rocha e Cunha e a Rua Eng.º Oudinot, tendo informado que, pelo facto de ainda não se ter chegado a acordo, foram suspensos os trabalhos nessa área para não impedir a circulação na Rua Comandante Rocha e Cunha, esperando-se que, no decurso desta semana, se chegue a acordo.

Sobre o assunto tomou a palavra o Vereador Sr. João dos Santos para se referir de novo ao Edifício Oita, o qual, em sua opinião, foi muito desprezado por parte da Câmara, quando se tomou a decisão de construção desta via naquelas condições.

Relativamente às instalações do Dispensário, informou que, quando votou favoravelmente a aprovação do projecto, o fez na convicção de que as mesmas iam ser demolidas, ao que o Arqt.º Osório da DAUA respondeu que esse foi sempre a intenção da Câmara, porque, se assim não fosse, ter-se-ia adoptado outra solução.

O Vereador Sr. Eduardo Feio interveio para dizer que a sua proposta de preservação das instalações do Dispensário surgiu no interesse da criação de uma Casa da Juventude em Aveiro, infra-estrutura que, em sua opinião, se reveste de grande interesse e mesmo imprescindível e, sendo certo que a Câmara pretende avançar com a sua implementação, entendia ser boa política aproveitar aquelas instalações pois que, para além de ficarem situadas em local bem central e bem perto do Mercado Manuel Firmino, para cujo espaço foi aprovada recentemente uma proposta de requalificação, pouparia alguns milhares de contos ao Município.

Também sobre o assunto, usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Nogueira de Lemos para dizer que lhe parece que o novo projecto de alteração da rotunda carece de aprovação camarária, uma vez que o projecto inicialmente aprovado previa outra versão. Disse ainda que é bom não esquecer a questão do aproveitamento da área situada por baixo da ponte, para a qual o projecto actual apresenta uma proposta que corresponde ao que inicialmente foi previsto.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Gaspar dos Santos, presente na reunião que, em representação dos inquilinos do Edifício Oita e dos moradores da Rua

Comandante Rocha e Cunha, fez uma prolongada intervenção sobre a construção em causa, tendo apelado para que a Câmara não descuide o problema da circulação em toda a zona envolvente, de um modo particular na artéria referida, que é imprescindível que fique com trânsito condicionado a moradores e a cargas e descargas, tendo também solicitado que seja efectuado estudo alternativo para o estacionamento naquele local.

O Sr. Presidente disse que a Câmara tem todo o interesse em responder às preocupações aqui manifestadas pelos residentes e utilizadores daquela zona, e tudo se fará para que a solução final venha resolver todos os problemas expostos. Relativamente ao Edifício do Dispensário, entende que, pese embora a referência que ele constitui, há que pensar bem sobre a sua demolição ou não, e efectuar estudo de integração do mesmo em todo o conjunto envolvente.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: - Na sequência da deliberação tomada em 15 de Janeiro, findo, em que foi formulado convite ao Presidente da República eleito nas últimas eleições presidenciais para visitar o concelho de Aveiro, o Sr. Presidente deu conhecimento de um ofício enviado pelo próprio Dr. Jorge Sampaio, agradecendo a mensagem recebida e disponibilizando-se para prestar todo o apoio às Autarquias e à população portuguesa, sem excepção, no interesse da promoção e desenvolvimento do país.

PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA CIDADE: - Na sequência da deliberação tomada em 5 do mês findo, que procedeu à abertura de concurso com vista à pavimentação de vários arruamentos na zona urbana da cidade, numa extensão de cerca de 50 000 m², foi deliberado, por unanimidade, que os trabalhos em causa se efectuem por duas fases, de 25 000 m² cada, prevendo-se que os respectivos custos atinjam o montante de trinta e cinco milhões de escudos e que ao respectivo concurso seja dado o carácter de urgência, nos termos legais.

PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES EM ESGUEIRA: - Considerando que o arruamento em epígrafe foi recentemente, objecto de instalação de redes de saneamento, o que agravou ainda mais o avançado estado de degradação do respectivo pavimento, foi deliberado, por unanimidade, proceder à abertura de concurso limitado junto das Firmas da especialidade, com vista à pavimentação do mesmo, estimando-se os custos na quantia aproximada de sete milhões e quinhentos mil escudos.

- Mais foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovados os respectivos cadernos de encargos e programa de concurso.

ILUMINAÇÃO DECORATIVA DA ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO DE AVEIRO: - Seguindo o critério que tem vindo a ser adoptado por esta

Câmara Municipal no que refere à iluminação decorativa de edifícios e monumentos considerados de interesse, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso limitado com vista à iluminação decorativa do Edifício da Estação dos Caminhos de Ferro de Aveiro, cujo projecto foi aprovado por deliberação de 21 de Março de 1994, prevendo-se que os respectivos custos atinjam a quantia de oitocentos e trinta e cinco mil escudos, acrescido de IVA.

PDM - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: - Dando seguimento à deliberação tomada na última reunião, que procedeu à abertura das propostas com vista à prestação de serviços de apoio ao PDM, foi presente a informação prestada pela técnica responsável a qual, após análise das mesmas, considera a proposta do concorrente Maria Helena de Oliveira Dias Monteiro, da importância de duzentos e quarenta mil escudos, como sendo a mais vantajosa para o Município.

Assim, foi deliberado, por unanimidade, e de acordo com a referida informação adjudicar a realização dos correspondentes trabalhos àquela concorrente, pela já mencionada importância de duzentos e quarenta mil escudos, acrescida de IVA.

XVII ENCONTRO DE TEATRO NA ESCOLA: - A Vereadora Dra. Maria da Luz deu conhecimento de que a Escola Secundária de José Estevão de Aveiro vai promover de 26 a 30 de Abril, o XVII Encontro de Teatro na Escola, prevendo-se um total de 150 participantes. Considerando o interesse de que se reveste o evento, dado que envolve escolas a nível nacional e, considerando ainda, que o realização do mesmo foi já prevista no Plano de Actividades do ano em curso, foi deliberado, por unanimidade, apoiar mediante a atribuição de um subsídio até ao montante de novecentos mil escudos.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS - RESTAURANTE E BARES: - No seguimento da deliberação tomada em 11 de Dezembro do ano findo, foi de novo presente o processo relativo ao concurso para concessão do direito de exploração do restaurante e bares do Centro Cultural, depois de terem sido introduzidas pequenas rectificações ao articulado na alínea e) do artº 8º e alínea b) do artº 13º do programa de concurso e nº 4 do artº 1º e nº 2 do artº 10º do caderno de encargos. Após terem sido prestados alguns esclarecimentos acerca do assunto pela Directora dos Serviços Administrativos, a Câmara deliberou, por unanimidade concordar com as alterações efectuadas e, por conseguinte, considerar aprovado o texto ora apresentado, o qual vai ser submetido à consideração da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), nº 2 do artº 39º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

Sairam da sala os Vereadores Engº Vítor Silva, Dr. Mendonça e Tenente-Coronel Albuquerque Pinto.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RECURSOS HIERARQUICOS

Foi apresentado à Câmara o processo relativo aos recursos hierárquicos interpostos pelos agentes únicos dos Serviços Municipalizados, Arlindo Gonçalves Lima, Fernando dos Santos Ferreira, Custódio Marques Fernandes, Jaime dos Anjos Ferreira e Manuel Sousa Tavares, da deliberação do Conselho de Administração de 23 de Novembro do ano findo, que não atendeu a pretensão em que os mesmos solicitam a anulação imediata da obrigatoriedade de abastecer as viaturas, alegando que o conteúdo funcional da carreira de agente único de transportes colectivos, a que se refere o Despacho n.º 38/88, publicado no Diário da República II Série de 26 de Janeiro de 1989, nada refere quanto a esta competência.

Considerando, porém, que a deliberação do Conselho de Administração teve por base o parecer emitido pela CCRC, em que se refere que, nos termos do art.º 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 247/88, de 17 de Junho, "a descrição dos conteúdos funcionais não pode, em caso algum, constituir fundamento para o não cumprimento do dever de obediência e não prejudica a atribuição aos funcionários e agentes de tarefas de complexidade e responsabilidade equiparáveis, não expressamente mencionadas", a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro, de 23 de Novembro e 21 de Dezembro do ano findo e, por conseguinte, considerar improcedente os recursos hierárquicos apresentados.

Deram de novo entrada na sala os Vereadores Srs. Eng.º Vítor Silva, Dr. Mendonça e Tenente-Coronel Albuquerque Pinto.

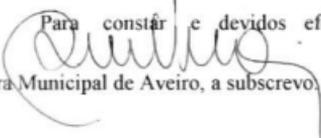
CÂMARA MUNICIPAL - REUNIÕES: - Considerando que hoje, pelas 18 horas, terá lugar uma reunião da Assembleia Municipal, a Câmara suspendeu os trabalhos e deliberou, por unanimidade, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia 6, com início pelas 17.30 horas, para conclusão dos trabalhos constantes da agenda de hoje.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 4, do Art.º 85.º, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o n.º 4, do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu,  Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, a subscrevo.

António Nogueira de Lencastre
João Carlos Albuquerque Martins, Ténis, (v2)
~~Edição Escrito Livro de Actas~~
José Luís Alves Costa.
Vitorino P. L. de S.

